



SENADO FEDERAL

**Comissão de Educação e Cultura**

**61ª Reunião Extraordinária – 21/10/2024**

**Resumo da Audiência Pública Interativa**

**Finalidade:** Debater o Projeto de Lei nº. 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034

**Requerimento relacionado:** [REQ 64/2024 - CE](#) (Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 62/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE). [REQ 63/2024 - CE](#) (Senadora Teresa Leitão – PT/PE, Senadora Janaína Farias – PT/CE, Senador Flávio Arns – PSB/PR). [REQ 72/2024 - CE](#) (Senador Zequinha Marinho – PODEMOS/PA). [REQ 83/2024 - CE](#) (Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Flávio Arns (PSB/PR)). [REQ 89/2024 - CE](#) (Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS), Senador Bene Camacho (PSD/MA)).

**Projeto de lei relacionado:** [PL 2614/2024](#) (Câmara dos Deputados)

**Participantes:** **Ângela Maria Scalabrin Coutinho**, *Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)*; **Luiz Fernandes Dourado**, *Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)*; **Nelson Cardoso Amaral**, *Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA)*; **Romualdo Portela de Oliveira**, *Representante do Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES)*. **Lúcia Maria Teixeira**, *Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP)*.

**Ângela Maria Scalabrin Coutinho, Vice-Presidente da Região Sul da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**

**Principais tópicos abordados pela convidada:**



## SENADO FEDERAL

✓ O novo Plano Nacional de Educação (PNE) de 2024-2034 foi discutido em termos de contexto, processos e desafios, destacando a necessidade de integrar contribuições acadêmicas à política educacional.

✓ O PNE é uma política de Estado que garante educação como direito humano, promovendo justiça social e desenvolvimento sustentável por meio de planejamento coletivo e democrático.

✓ O PNE foi construído com base em amplas discussões envolvendo conferências em diferentes níveis (municipal, estadual, distrital e nacional), refletindo um diálogo plural com visões distintas.

✓ Um dos principais desafios é implementar processos eficazes de monitoramento e controle social para reduzir desigualdades no acesso e na qualidade da educação.

✓ O PNE enfrenta o desafio de garantir equidade em um país extenso e diverso, levando em conta territórios e populações específicas para promover justiça social.

✓ A superação das desigualdades exige uma abordagem interseccional dos marcadores sociais da diferença, garantindo que o PNE promova equidade em todos os territórios.

✓ Privatizações e a crise nas licenciaturas têm afetado a formação docente, com aumento de contratos temporários e redução de professores efetivos, precarizando a carreira.

✓ Entre 2013 e 2023, o número de professores temporários aumentou 55%, enquanto os efetivos diminuíram 36%, criando uma visão restritiva sobre crianças e jovens.

✓ O PNE foi construído com ampla participação nas conferências nacionais e populares de educação, além do grupo de trabalho do Ministério da Educação (MEC).

✓ Documentos do MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Tribunal de Contas da União (TCU) e outros foram essenciais no desenvolvimento do PNE, com o Inep desempenhando papel central no monitoramento das metas.

✓ O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) publicou cinco ciclos de monitoramento, que se tornaram uma ferramenta diagnóstica importante para avaliar os desafios do PNE.

✓ Questões de desigualdade relacionadas a gênero, raça, etnia, deficiência, entre outras, são desafios diários que devem ser abordados com justiça social e igualdade de direitos.



## SENADO FEDERAL

- ✓ Embora o PNE tenha avanços, ele não aborda suficientemente os marcadores sociais da diferença, sendo alvo de críticas sob a perspectiva de justiça social.
- ✓ O cumprimento das metas do PNE exige cooperação entre os governos federal, estadual e municipal, com leis orçamentárias alinhadas às diretrizes, metas e objetivos do plano.
- ✓ Metas anteriores para creches e pré-escolas não foram atingidas devido à falta de estudos explicativos, com apenas 37,3% de cobertura em creches e 93% em pré-escolas.
- ✓ Os municípios enfrentam dificuldades financeiras, falta de formação continuada para professores e precarização das contratações, afetando o cumprimento das metas do PNE.
- ✓ A aprovação do novo PNE é crucial para garantir metas que assegurem educação com qualidade e equidade, além de definir estratégias para monitorar seu cumprimento.
- ✓ Pesquisa no Paraná mostra que o financiamento é um dos maiores obstáculos à expansão da educação infantil, com os municípios dependendo de programas federais e contratos precarizados.

### **Principais recomendações da convidada:**

- ✓ É fundamental aprovar o PNE em articulação com o Sistema Nacional de Educação (SNE), promovendo políticas de cooperação entre os entes federados para reduzir as desigualdades regionais e entre as redes de ensino.
- ✓ Aprimorar o acompanhamento das metas e implementar um modelo de controle social que envolva tanto a sociedade política quanto a sociedade civil, garantindo a continuidade das políticas públicas.
- ✓ As metas do PNE devem ser capazes de reduzir desigualdades regionais e sociais, considerando marcadores como urbano/rural, raça/cor, idade, LGBTQIAPN+, quilombolas e indígenas.
- ✓ Enfrentar tanto os velhos dilemas da educação, como financiamento, infraestrutura e valorização dos profissionais, quanto os novos desafios, como emergências climáticas, violência, inteligência artificial e crises de emprego.
- ✓ A internacionalização da educação no Brasil ainda se concentra na mobilidade acadêmica, mas precisa avançar para incluir dimensões como a internacionalização local e as relações com países vizinhos. O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) deve ser integrado ao PNE para ampliar essa visão.
- ✓ O PNE prioriza metas específicas para territórios rurais e quilombolas, como a Meta 8, que foca em mitigar desigualdades e promover educação inclusiva nesses contextos.



## SENADO FEDERAL

✓ As disciplinas de Sociologia, Filosofia e Artes perderam espaço no currículo do novo ensino médio. A Anped, em diálogo com a Federação de Arte/Educadores do Brasil (Faep), busca fortalecer o papel dessas disciplinas no PNE, devido à sua importância para o desenvolvimento crítico e humano.

✓ A Anped enfatiza a importância de fortalecer o diálogo com entidades científicas, sindicatos e movimentos sociais para a construção do PNE, com a participação ativa em fóruns estaduais e municipais.

### **Luiz Fernandes Dourado, Presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE)**

#### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ O PL nº 2.614/2024 (PNE 2024-2034) é um ponto central das políticas educacionais, sendo um importante instrumento de planejamento, mobilização e controle social. Sua materialização é fundamental para consolidar políticas de Estado na educação.

✓ O contexto atual apresenta desafios para a gestão da educação no Brasil, que historicamente tem sido marcada por disputas entre diferentes concepções sobre o papel do Estado e do planejamento educacional. A interpenetração entre as esferas públicas e privadas também influencia a formulação dessas políticas.

✓ Enfatiza a necessidade de um federalismo cooperativo, onde a coordenação e a cooperação entre os entes federados são cruciais para o sucesso do sistema educacional. O Sistema Nacional de Educação (SNE) é essencial para assegurar a implementação das políticas.

✓ Com 62 anos de atuação, a ANPAE luta pela educação de qualidade para todos, defendendo políticas baseadas na gestão democrática, justiça social e igualdade.

✓ A ANPAE atuou ativamente nas Políticas de Educação, contribuindo para a formulação do PNE e participando de eventos como as Conferências Nacionais de Educação Básica e as Conferências Nacionais Populares de Educação. A entidade defende uma educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social, sendo essencial na articulação do projeto da sociedade brasileira para o PNE.

✓ A ANPAE defende a transição de políticas de governo para políticas de Estado no campo da educação, com o PNE como o epicentro dessa mudança.

✓ O PNE, embora aprovado sem vetos e com ampla articulação entre a Câmara e o Senado, não teve monitoramento adequado pelas entidades envolvidas, o que comprometeu sua efetividade.

✓ A ausência de monitoramento do PNE foi consequência de políticas contrárias aos princípios democráticos na educação básica e superior. Apesar de frentes



## SENADO FEDERAL

parlamentares e entidades como o Inep e o TCU, o plano não foi acompanhado como previsto, comprometendo seu impacto.

✓ A tramitação do novo PNE enfrenta desafios técnicos, políticos e pedagógicos, especialmente em um governo democrático e popular. A Anpae vê a Conferência Nacional de Educação de 2024 como essencial para ampliar os direitos sociais à educação, com foco em justiça social e desenvolvimento socioambiental sustentável.

✓ O PL 2.614/2024 reflete a articulação entre as contribuições da Conferência Nacional de Educação (Conae) e do grupo de trabalho do MEC, resultando em diretrizes, metas, objetivos e estratégias para o novo PNE.

✓ A educação no Brasil é marcada por desigualdades e assimetrias históricas, o que torna o desafio de um novo plano ainda mais relevante. A tramitação do PNE exigirá intensos debates e proposições, reforçando a necessidade de criar mecanismos legais que garantam controle social e participação democrática no processo.

✓ É necessário consolidar mecanismos legais e financeiros para fortalecer fóruns e conselhos de educação, articulando-se ao SNE, como previsto na Constituição, para garantir que as dinâmicas de planejamento, gestão e financeiro sejam bem coordenadas.

✓ O PL 2.614 propõe 18 objetivos, 58 metas e 253 estratégias, em grande parte alinhadas ao documento da Conae. No entanto, prazos e a ausência de algumas proposições são vistos como insuficientes. Essas lacunas precisam ser discutidas para garantir o pleno direito social à educação.

✓ A audiência pública é considerada essencial para contribuir com a tramitação do PL, indicando possíveis aperfeiçoamentos. Essa articulação se apoia no histórico democrático da Conae e no trabalho do grupo de trabalho (GT) do MEC, buscando consolidar avanços nas políticas de educação.

✓ O PNE deve articular-se com o SNE e integrar planos estaduais, distritais e municipais, promovendo ações intersetoriais e integradas sob um regime de colaboração interfederativa.

✓ Há um desafio em avançar na governança do PNE, garantindo interfaces eficazes entre os planos estaduais, distrital e municipais. Também é crucial fortalecer o monitoramento e a avaliação do plano, já que entre 2014 e 2024 houve limitações nesses aspectos, com a falta de uma atuação expressiva de alguns atores.

✓ O PNE deve definir metas claras para a aplicação de recursos públicos na educação. Embora o SNE já figure no PL, é necessário avançar na colaboração interfederativa e estabelecer prazos concretos para a aplicação de recursos.

✓ A valorização dos profissionais deve ser reafirmada, o que envolve a formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho. Além disso, o princípio da gestão democrática deve ser fortalecido, com a consolidação de conselhos e fóruns



## SENADO FEDERAL

educacionais autônomos e plurais, garantindo instâncias permanentes de negociação e pactuação entre União, estados e municípios.

✓ O Fórum Nacional de Educação precisa de maior estabilidade jurídica e autonomia, pois atualmente está fragilizado e regulamentado apenas por portaria. É fundamental que sua existência seja garantida por lei para assegurar sua eficácia como órgão consultivo e propositivo nas políticas educacionais.

✓ A qualidade social educacional deve considerar variáveis internas e externas, e deve estar articulada com sistemas de avaliação, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB). A articulação entre SINAEB e o Sistema Nacional de Pós-Graduação também é apontada como um avanço necessário.

✓ A articulação entre o Plano Plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos dos entes federados é essencial para garantir recursos adequados. É preciso revisar os prazos para a universalização da educação básica, conforme a Emenda Constitucional 59, de 2019, e a meta de atendimento em creches. Além disso, é necessário retomar metas para a educação superior, estabelecendo percentuais mínimos para matrículas, visando reduzir desigualdades.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ É essencial valorizar a diversidade no contexto educacional e promover a gestão democrática como um pilar fundamental para o avanço das políticas educacionais.

✓ Superar o cenário atual requer a transição de políticas de governo para políticas de Estado, garantindo maior participação e continuidade nas ações educacionais.

✓ Uma educação de qualidade depende da integração de fatores como diversidade, gestão democrática e participação social para obter melhores resultados.

✓ O PNE deve ser resultado de um grande pacto federativo e democrático, construído por meio de ampla participação e cooperação entre os entes federados.

✓ Avançar para políticas de Estado na educação exige um pacto nacional que integre educação, ciência e tecnologia como bases para o desenvolvimento sustentável e duradouro.

✓ A valorização dos profissionais da educação deve ir além da formação inicial. É necessário pensar em políticas que integrem formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho. A Capes e o MEC estão avançando nessa direção, incluindo também funcionários com formação técnico-pedagógica no desenho de uma política nacional de valorização, conforme o art. 61 da LDB.

✓ Há uma grande oportunidade na articulação entre a pós-graduação e a educação básica, proposta no Plano Nacional de Pós-Graduação. Essa conexão pode gerar políticas eficazes para a valorização dos profissionais da educação e o fortalecimento



## SENADO FEDERAL

da educação básica, criando um ambiente mais colaborativo e enriquecedor entre esses níveis de ensino.

✓ A avaliação educacional deve ser repensada, abandonando o modelo de controle e ranqueamento em favor de processos mais amplos, democráticos e emancipatórios. As avaliações precisam refletir a complexidade do processo educativo e promover a inclusão, em vez de reforçar a competição entre instituições.

**Lúcia Maria Teixeira, Presidente do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP)**

### **Principais tópicos abordados pela convidada:**

✓ PNE é fundamental para políticas educacionais em todos os níveis de governo, visando eliminar desigualdades no Brasil.

✓ O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp) realiza pesquisas, como o Mapa do Ensino Superior, para entender a situação educacional e propõe estratégias para o novo PNE.

✓ O Semesp reconhece que o ensino superior não pode ser abordado sem considerar a educação básica, a formação de professores e os desafios relacionados à evasão escolar.

✓ Entre 35% e 40% dos alunos não concluem o ensino médio, limitando suas oportunidades no mercado de trabalho.

✓ Para melhorar a educação, é necessário valorizar a carreira docente e aprimorar a infraestrutura, especialmente nas escolas públicas.

✓ Em 2020, cerca de 1 milhão de estudantes abandonaram o ensino médio antes da conclusão.

✓ O governo implementou o programa Pé-de-Meia, mas é necessário garantir a qualidade do ensino valorizando a carreira docente e melhorando a infraestrutura.

✓ 80% dos estudantes do ensino básico estão em escolas públicas de ensino básico, enquanto 20% dos alunos do ensino superior estão em vem de instituições públicas, invertendo o percentual geral.

✓ É essencial fortalecer universidades públicas e privadas para **ampliar o acesso** ao ensino superior.

✓ A ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni) é crucial para aumentar o acesso ao ensino superior, especialmente para alunos de baixa renda.



## SENADO FEDERAL

- ✓ A meta do PNE é elevar a taxa de escolarização de 19% para 40%, mas o apoio financeiro é essencial para atingir esse objetivo.
- ✓ Esses programas são fundamentais para garantir o acesso ao ensino superior para alunos de baixa renda, promovendo inclusão e desenvolvimento social.
- ✓ A renda familiar influencia diretamente a continuidade dos estudos, com grande evasão escolar no ensino superior.
- ✓ Apenas uma pequena porcentagem dos alunos tem acesso a financiamento ou bolsas, o que aumenta a taxa de desistência no ensino superior.
- ✓ A desistência no ensino superior é alta, com quase 60% dos alunos abandonando seus cursos.
- ✓ Além de bolsas e financiamentos, é necessário expandir programas como o Pé-de-Meia para o ensino superior, especialmente em áreas estratégicas como engenharia e formação de professores.

### **Principais recomendações da convidada:**

- ✓ O Semesp alerta para um possível déficit de 235 mil professores até 2040. Para mitigar essa situação, é necessário valorizar a carreira docente, melhorar condições de trabalho, atualizar a formação e fortalecer a progressão na carreira, especialmente na pós-graduação.
- ✓ O Censo da Educação Superior mostra que 71% dos cursos em instituições privadas têm avaliações satisfatórias (notas 3, 4 e 5), enquanto 29% precisam de atenção. Há um esforço para revisar os critérios de avaliação, considerando a diversidade dos modelos de ensino.
- ✓ Há uma necessidade de melhorar o sistema de avaliação educacional, considerando a diversidade, regionalidade e inovação das instituições. Sugestões estão sendo propostas ao Inep para tornar a avaliação mais inclusiva e eficaz, respeitando as características de cada instituição.

**Nelson Cardos Amaral, Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

- ✓ A proposta é destinar 10% do Produto Interno Bruto (PIB) exclusivamente para a educação pública, sem repasse para a educação privada, visando reduzir desigualdades e elevar o PIB.



## SENADO FEDERAL

✓ A falta de investimento adequado nos PNEs anteriores comprometeu a qualidade da educação, afetando o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

✓ A população de 0 a 24 anos está diminuindo, e a falta de investimento em educação nos PNEs anteriores resultou em uma educação de baixa qualidade, exigindo que o novo PNE reverta essa tendência.

✓ A população ativa atingirá seu pico em 2036, e sem uma educação de qualidade, o Brasil enfrentará dificuldades econômicas devido à falta de trabalhadores qualificados.

✓ A análise da dinâmica populacional é comparada com países como Finlândia, Coreia do Sul, Japão e Canadá, que aumentaram significativamente seus investimentos em educação.

✓ O Brasil aumentou seu investimento em educação por pessoa, mas ainda está muito abaixo de países como Canadá e Finlândia.

✓ Os PNEs anteriores tinham metas, mas não os recursos necessários para cumpri-las, o que limitou seu impacto.

✓ O novo PNE pretende atingir 10% do PIB destinado à educação, mas o investimento por pessoa ainda será inferior ao dos países supracitados.

✓ Um aumento de 1% no investimento em educação eleva o PIB em 1,85%, sendo o setor que mais contribui para o crescimento econômico e gera retorno de 56% em impostos, beneficiando principalmente as camadas mais pobres da população.

✓ Investimentos em educação geram mais crescimento econômico que setores como construção civil e exportação de *commodities*.

✓ Investir em educação e saúde aumenta a renda familiar, com programas como Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), tendo grande impacto e reduzindo a desigualdade social, enquanto juros da dívida pública tendem a aumentá-la.

✓ O tema das mudanças climáticas foi negligenciado no PL do PNE, embora seja essencial para o futuro da educação e do desenvolvimento sustentável.

✓ A incerteza sobre recursos para a manutenção básica compromete a qualidade do ensino superior e da pós-graduação, destacando a necessidade de soluções permanentes.

✓ Seriam necessários R\$50 bilhões para implementar o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) no Brasil, visando melhorar as condições das escolas, incluindo salários de professores.

✓ O investimento do Brasil em ciência e tecnologia é muito inferior ao dos países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o que deve ser levado em consideração nas futuras análises do CAQi.

### **Principais recomendações do convidado:**



## SENADO FEDERAL

✓ O estudo da Fineduca destaca a necessidade de priorizar a educação no desenvolvimento social e econômico do Brasil, identificando novas fontes de financiamento além de tributos tradicionais.

✓ Propõe utilizar riquezas naturais como água, minérios, petróleo e gás para gerar recursos significativos destinados ao desenvolvimento educacional.

✓ Sugere a recuperação de recursos da dívida ativa, a redução de renúncias fiscais e a limitação de recursos públicos destinados ao setor privado, ampliando o financiamento para a educação.

✓ Recomenda elevar a carga tributária a níveis compatíveis com os países da OCDE e debater o refinanciamento da dívida pública, com foco em priorizar a educação.

✓ A Fineduca está preparando propostas de emendas que serão encaminhadas à Comissão de Educação e Cultura do Senado para fortalecer o financiamento educacional.

**Romualdo Portela de Oliveira, Representante do Centro de Estudos  
Educação & Sociedade (CEDES)**

### **Principais tópicos abordados pelo convidado:**

✓ Para o Brasil se inserir na economia do Século XXI e reduzir desigualdades, é essencial colocar a educação, ciência, tecnologia e meio ambiente como pilares centrais de um projeto de desenvolvimento sustentável e econômico.

✓ É necessário redirecionar investimentos de setores menos estratégicos, como o agrícola, para áreas como educação e ciência. A transição climática aumenta a urgência de priorizar 10% do PIB para educação, exigindo cortes em outros setores.

✓ A ideia do PNE remonta ao Manifesto dos Pioneiros da Educação, de 1932, que introduziu o conceito de planejamento educacional como uma ferramenta de estabilidade e racionalidade nas políticas educacionais, transcendente a governos específicos.

✓ O primeiro PNE enfrentou dificuldades, como metas reduzidas e falta de recursos, uma vez que, durante a ditadura, os planos setoriais não tinham previsão de financiamento. Com a redemocratização, ficou claro que os recursos eram essenciais para cumprir metas.

✓ O PNE de 2001 previa recursos, mas os artigos sobre financiamento foram vetados, deixando o plano ineficaz. Os avanços foram consequência de políticas existentes, sem uma real execução do plano.



## SENADO FEDERAL

✓ Por sua vez, o PNE de 2014 incluiu previsão de recursos e mecanismos de monitoramento, como a criação do Fórum Nacional de Educação (FNE), e a Conae intermediária ajudou a ajustar metas e corrigir o rumo do plano.

✓ O novo PNE deve garantir que financiamento e gestão sejam cumpridos, independentemente de mudanças de governo, criando uma espinha dorsal estável para a política educacional.

✓ A redução da população escolar pode aumentar o investimento por aluno, mas é considerada uma visão cínica. O PNE deve garantir um salto na qualidade da educação sem sacrificar gerações atuais.

✓ O gasto por aluno no Brasil é muito inferior ao dos países da OCDE, criando um descompasso entre as metas educacionais e os recursos disponíveis.

✓ As isenções fiscais no Brasil representam 4,65% do PIB, quase o valor necessário para os 10% do PIB em educação. A redução das isenções deve ser reduzidas a fim de redirecionar os recursos para áreas prioritárias como educação, saúde e tecnologia.

✓ O PNE deve ser articulado ao SNE, com controle efetivo da sociedade civil, e um "choque" de gestão para resolver problemas estruturais da educação, se faz necessário.

✓ A carreira docente enfrenta baixa atratividade devido à remuneração e condições de trabalho. A valorização da profissão, como em países como Cuba, é essencial para melhorar a educação no Brasil.

### **Principais recomendações do convidado:**

✓ A exclusão escolar de crianças e jovens de famílias com renda de até um salário-mínimo é inaceitável. A pobreza é a principal causa da evasão escolar, e políticas que combinem inclusão escolar com programas de renda cidadã são urgentes para resolver essa dívida social.

✓ A valorização dos professores é essencial para a qualidade da educação, mas há resistência de prefeitos e governadores em cumprir o piso salarial, previsto no art. 74 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Boas condições de trabalho e remuneração adequada são cruciais, e o CAQi visa garantir essas condições.

✓ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) redistribuiu os recursos existentes, mas para reduzir as desigualdades é preciso aumentar a complementação da União, enfrentando disparidades entre e dentro das redes de ensino.

✓ Políticas inadequadas levaram à fuga de pesquisadores do Brasil devido à falta de estabilidade no financiamento de ciência e tecnologia. A evasão no ensino superior, especialmente nas universidades públicas, é uma questão grave, exigindo uma política nacional para combater essa evasão e evitar perdas no setor público.

## PERGUNTAS

### **BRITNEY de São Paulo**

Como o plano aborda a internacionalização da pós-graduação brasileira?

### **PAOLA do Rio Grande do Sul**

De que forma o PNE pode trazer uma carga horária dedicada às discussões e compreensões sobre eventos e mudanças climáticas?

### **EMMANOEL do Rio de Janeiro**

Como garantir financiamento público para uma educação universal, inclusiva e laica?

### **SANDRO de Pernambuco**

Quais são as perspectivas para os institutos federais? Observo a ampliação da rede, ao passo que acompanho a falta de investimentos nos campi.

## PERGUNTAS

### **DENISE de Minas Gerais**

Quais garantias a comunidade universitária terá de que as propostas trarão melhorias na qualidade do ensino e mais investimento na pesquisa?

### **LUCAS de Pernambuco**

A educação do campo é uma realidade em nosso país. Quais são as estratégias de investimento para as escolas campesinas?

### **GENTIL de São Paulo**

Em 2022, no ENADE, cerca de 853 mil estudantes do ensino superior privado tiveram conceito 2. Como melhorar a qualidade do ensino privado?

## COMENTÁRIOS

### **EDUARDO de Alagoas**

Precisamos, de uma vez por todas, reconhecer, valorizar e incluir disciplinas de senso crítico, como Sociologia e Filosofia.